

O RIO JAUAPERI E O VIVER NOS SERTÕES AMAZÔNICOS, POR JOÃO BARBOSA RODRIGUES (1883)

THE JAUAPERI RIVER AND LIVING IN THE AMAZON HUNTERIES, BY
JOÃO BARBOSA RODRIGUES (1883)

Francivaldo Alves Nunes¹

Endereço Profissional: Campus Universitário de Ananindeua. Prédio da Reitoria, 3º Piso, Avenida Augusto
Correia, s/n, Bairro do Guamá, Belém-Pará

CEP: 66075-110

E-mail: francivaldonunes@yahoo.com.br

Resumo: Barbosa Rodrigues foi comissionado pelo Governo Imperial em 1871 para explorar os rios da Amazônia, como o Jauapery. Neste texto analisamos os aspectos sobre a ocupação humana, como as formas de acesso à terra e do uso dos recursos florestais, presentes nos escritos de Barbosa Rodrigues, com isso, compreender a relação entre o discurso construído em torno do modo de vida da população que ocupava os sertões amazônicos e as estratégias necessárias para promover o desenvolvimento econômico da região, mediada pela elaboração de um conhecimento científico, no contexto político do Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Terra, Trabalho, Amazônia, Século XIX.

Abstract: Barbosa Rodrigues was commissioned by the Imperial Government in 1871 to explore the rivers of the Amazon, such as the Jauapery. In this text, we analyze aspects of human occupation, such as forms of access to land and the use of forest resources, present in the writings of Barbosa Rodrigues, with this, understanding the relationship between the discourse built around the way of life of the population that occupied the Amazon hinterlands and the strategies needed to promote the economic development of the region, mediated by the elaboration of scientific knowledge, in the political context of nineteenth-century Brazil.

Keywords: Land, Work, Amazon, 19th century.

Introdução

João Barbosa Rodrigues (1842-1909), filho de comerciante português e mãe brasileira de ascendência indígena, nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império. Aluno do curso de Bacharelado em Ciências e Letras, pelo Colégio Pedro II, teve seus primeiros contatos com as Ciências Naturais em 1864. Nesta instituição chegou a exercer as funções de secretário e professor de Desenho. Na mesma época, teria conhecido o botânico Francisco Freire Allemão Cysneiros (1797-1874), com o qual aprendeu diversas

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, com Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa (2014). Pesquisador Produtividade do CNPq (PQ-2). É atualmente Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da UFPA.

técnicas e realizou algumas incursões pelo interior do Rio de Janeiro, à procura de orquídeas, cujos resultados foram publicados com o título “Genera et species orchidearum novarum”. Como bem destaca Magali Sá, o estudo como botânico era apenas uma das suas múltiplas habilidades, envolvendo-se “com temas tão diversificados, quanto importantes para época, como a etnografia, a linguística, a arqueologia, o indigenismo, a química e a farmácia”.²

Em 1871, Barbosa Rodrigues recebeu autorização para realizar uma *Comissão Científica de Exploração e Estudo pelo Vale do Amazonas*, concedida pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por influência da Princesa Isabel (1846-1921) e de Guilherme Schüch, o futuro Barão de Capanema (1824-1908). O objetivo principal desta viagem era catalogar espécies de palmeiras para contribuir com a conclusão da obra “Flora Brasiliensis”, do naturalista bávaro Carl Friedrich von Martius (1794-1868), que havia percorrido a região amazônica no início do século XIX. Nesta viagem pelos rios Tapajós, o Urubú e Jatapú, o Trombetas, o Yamundá e o Capim, que inicia em 1872 e se estende até 1875, Barbosa Rodrigues teve a oportunidade de estabelecer contatos com as autoridades locais e tornar seu trabalho conhecido na região.

A presença na Amazônia e o longo percurso pelos rios da região geraram alguns relatórios, posteriormente publicados na Corte do Rio de Janeiro. Em 14 de dezembro de 1883 retornou à região para organizar e dirigir, em Manaus, o Museu Botânico do Amazonas, inaugurado naquele mesmo ano, sendo nomeado diretor por José Lustosa da Cunha Paranaguá, presidente da província. Tratava-se da primeira instituição científica da então província do Amazonas, idealizada para ser um centro especializado em estudos etnográficos e botânicos aplicados à medicina. Neste aspecto, organizou a instituição em três seções: botânica, química e etnográfica, além de um jardim botânico para cultivar e exibir plantas. Em 1884 foi inaugurado o laboratório de química do Museu Botânico de Manaus, com equipamentos importados de Paris. Durante este período, década de 1880, o botânico percorreu a região, observando, coletando e fazendo anotações sobre a utilização da flora local na medicina e na culinária e na habitação. Coletou também material em sítios arqueológicos e assimilou dos indígenas a arte do curare e outros saberes. Fruto de suas expedições, entre 1886 e 1887 ele produziu aquarelas de ao menos 394 plantas e 94 objetos etnográficos.³

² Sá, Magali Romero. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. VIII (suplemento), 2001, p. 900.

³ XIMENES. Cláudio Lisia Moreira. *Um homem de “sciencias” no vale do Amazonas: Etnografia no rio Tapajós e a busca por reconhecimento do naturalista João Barbosa Rodrigues (1872-1909)*. Dissertação de Mestrado. Belém:

Para esta comunicação nos ocuparemos da obra intitulada “Rio Jauapery. Pacificação dos Crichanás por João Barbosa Rodrigues”, publicado em 1885, na qual Barbosa Rodrigues realizou, não só uma minuciosa descrição geográfica e hidrográfica deste rio, como também aspectos sobre a ocupação humana, principalmente a experiência em que esteve envolvido e que marcou os primeiros encontros com os grupos indígenas, assim como os conflitos entre índios e colonos, o processo de catequese e os costumes presentes entre as populações indígenas que ocupavam a região cortada pelo rio Jauaperi.

A obra produzida por Barbosa Rodrigues, constituída de mais de 274 páginas, foi dividida em cinco partes, em que se destacam as experiências envolvendo os Crichanás, marcada pela violência do processo colonizador e dos variados conflitos entre indígenas e colonos. Em um segundo momento apresenta um esboço etnográfico e estudos de arqueologia e geografia, assim como os conhecimentos adquiridos pelo contato com os Ipurucotós, Macuxi e Crichanás. Nas três últimas partes da obra arrola um conjunto de documentos históricos utilizados, confirmava as informações anteriormente relatadas, seguido de um vocabulário Crichaná, comparado com os dialetos ipurucotó e macuxi. Na última parte se observa um apêndice, intitulado “Catechese e civilização de índios”, contido na “Exposição com que o Excelentíssimo Senhor Doutor José Jansen Ferreira Júnior passou a administração da província ao Excelentíssimo Senhor 1º Vice-presidente Tenente-Coronel Clementino José Pereira Guimarães, em 21 de setembro de 1885”. No final foram anexados alguns “Cantos Crichaná” e o “Plano Geográfico do Rio Yauapery levantado por J. Barbosa Rodrigues em 1884” (Figura 1, neste texto).

Nossa intenção aqui é compreender a relação entre o discurso construído em torno do modo de vida das populações indígenas que ocuparam os sertões amazônicos e as estratégias apresentadas como necessárias para promover o desenvolvimento econômico da região, principalmente através de um processo de colonização que promovesse a catequese e o aproveitamento do trabalho indígena. Tratam-se de observações mediadas pela elaboração de um conhecimento científico, construído no contexto político do Brasil do século XIX. Neste aspecto, os estudos de Barbosa Rodrigues e os relatos que construiu sobre o rio Jauaperi dialoga com um pensamento da época, que se pauta pela necessidade de maior conhecimento do espaço amazônico, das experiências de vida e trabalho como estratégia de construção de políticas públicas que promovessem não apenas de manutenção da ordem, mas que elevassem os hábitos das populações interioranas, através da ciência. Nesse aspecto, o conhecimento científico, construído pela observação e registro

PPHIST/UFPA, 2020, p. 138.

detalhado das situações e eventos, revelariam aspectos do modo de vida das populações locais. Expressariam também, a compreensão que Barbosa Rodrigues, na condição de servidor público, desenvolve sobre esses grupos, assim como expressa a defesa de projetos e convicções que constrói sobre a região e as pessoas que ocupam esse espaço.

Para darmos conta destas questões dividimos o texto em quatro momentos. Primeiramente procuramos descrever a região cortada pelo rio Jauaperi, e algumas interpretações construídas por cronistas e viajantes, citados por Barbosa Rodrigues. No segmento posterior procuramos compreender as interpretações relativas ao modo de vida indígena, principalmente quanto às experiências na lida com a terra, a floresta, a vivência e condições dos aldeamentos, da mesma forma que as perspectivas construídas em torno dessa população. Por último, apresentamos alguns aspectos captados no que se compreendia sobre a região, mas principalmente os valores defendidos por Barbosa Rodrigues que geram aproximações e distanciamentos das experiências de vida dos que ocuparam os sertões do Jauaperi.

O Jauaperi

O vale do rio Jauaperi aparece nos registros de Barbosa Rodrigues como um espaço em que nenhuma exploração científica ou regular tinha sido realizada antes, embora em tempos coloniais a região apareça como “celeiro para o comércio”. Entretanto, Barbosa Rodrigues identifica a existência de dois manuscritos sobre o rio, um produzido em 18 de agosto de 1787 por Pedro Affonso Galo, por ordem do governador Manoel da Gama Lobo d'Almada, que estaria no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e outro de 27 de agosto de 1855, do capitão Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, na presidência do Dr. Manoel Gomes Correia de Miranda, o qual se achava no arquivo da presidência da província do Amazonas.⁴

O manuscrito de Pedro Affonso Galo informava que “o Jauaperi ficava fronteiro à Vila de Moura. Tratava-se de um rio de pouco cabedal de água, que suas cabeceiras se encerravam em uma pequena serra, sendo que ao longo do seu curso se registrava a presença de quatro grandes cachoeiras que dificultavam a sua navegação”.⁵ Nestes registros, também não se observava a comunicação do Jauaperi com outros rios, nem

⁴ RODRIGUES, João Barbosa. *Rio Jauapery. Pacificação dos Crichanás por João Barbosa Rodrigues*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 171-172.

⁵ RODRIGUES, João Barbosa. *Rio Jauapery. Pacificação dos Crichanás por João Barbosa Rodrigues*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 171-172.

comunicação com alguma nação estrangeira. A região se destacava pela “numerosidade de gentios da nação Aruaqui”, o que despertava o interesse dos que buscavam o comércio e o trabalho desses grupos indígenas. No entanto, Barbosa Rodrigues lamentava a situação doentia do rio, “por ser suas águas pestilentas, principalmente no mês de abril”.⁶

O relatório do capitão Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães é considerado por Barbosa Rodrigues muito mais como um diário de viagem, escrito pelo autor, quando foi encarregado de um reconhecimento para a abertura de uma estrada de condução de gado da fazenda colonial do rio Branco para a capital do Amazonas. Este material se limitava às observações sobre as margens do rio, embocadura de alguns afluentes e número de cachoeiras, não muito a acrescentar.

Os registros de Barbosa Rodrigues, apontam a nascente do Jauaperi na serra do Acaraí, na fronteira com a Guiana, o que faz dele uma fronteira natural entre os atuais Estados de Roraima e do Amazonas. Descendo por entre as serras, o rio Jauaperi recebe as águas do rio Miranda, considerado seu maior afluente. O percurso seria paralelo ao rio Anauá, que nasce na mesma serra do Acari e influiria no rio Branco, servindo o rio Miranda de ligação e via de transporte para o rio Branco. No baixo Jauaperi, diversos igarapés desembocam em ambas as margens, formando grandes lagos muitos piscosos, que eram utilizados pelos indígenas da região para a atividade da pesca. Diversas ilhas matizavam suas águas, tornando-se mais numerosas para a foz. As vazantes que ocorriam de março a setembro, mais ou menos, privavam os indígenas de chegar ao rio, pois, “estando todas as aldeias em terra firme, [estas ficavam] muito distante da cabeceira dos igarapés”, o que exigia longas caminhadas até as margens dos rios.

Nos tempos de cheias era comum se observar os pescadores nos rios, dormindo nas canoas, ou nas pequenas ilhas não alagadas, onde faziam fogo e preparavam alimentos. Quando as praias se elevam, por entre elas o rio se estreita, observam-se canais, formando barrancas de areias. Nessas praias, entre setembro e dezembro desovam milhares de tartarugas que atraem os índios, tornando perigosa a passagem, pois, “[...] os selvagens atravessam de uma para outra margem em ubás ou curiaras [canoas], ou ainda a nado”.⁷

Nesse ambiente, inicialmente descrito por Barbosa Rodrigues, que se firmava o desejo de estabelecer contato com os indígenas que habitavam o rio Jauaperi, uma situação já desejada, desde a sua primeira passagem pelo Amazonas em 1873. É importante destacar que se tratava de uma questão de interesse da presidência da Província do

⁶ *Idem*, p. 172.

⁷ *Idem*, p. 175-176.

Amazonas. Em 1884, por exemplo, o presidente Paranaguá, em relatório à Assembleia Provincial informou que após receber notícias de que os indígenas estavam bem receptivos aos “brindes” dados pela província, até planejou enviar o naturalista até eles, contudo não o pode fazer por falta de recursos.⁸ De fato, a ação proposta por Barbosa Rodrigues, de acordo com Claudio Ximenes, representava para o governo uma possibilidade real de catequizar os “silvícolas”, além de coletar objetos etnográficos e informações dos produtos naturais daquela área para o Museu Botânico.⁹

As ações colonizadoras na região foram observadas uma década antes. Em 1875, o *Jornal do Amazonas*, em 06 de agosto, noticiava que a Assembleia provincial havia autorizado a presidência a estabelecer uma “colônia” no rio Jauaperi para catequizar os “traíçoeiros” Waimiri ou “terríveis” Jauaperi, que segundo Barbosa Rodrigues, eram indígenas procedentes da região do rio Jauaperi, por isso, foram denominados de Jauaperis, sendo que posteriormente receberam outras denominações como: Jauameri, Uameri, Uaimer e Waimiretnia. Conforme destacava o *Jornal do Amazonas*, tratava-se da etnia que habitava a margem esquerda do rio, afluente do rio Negro, sendo que seu “domínio” se estendia de Muirapinima, abaixo de Airão (hoje Velho Airão) até o rio Branco.¹⁰

O *Jornal do Amazonas*, de 27 de dezembro de 1877, apresentava os indígenas do Jauaperi, como causadores de “depredações e às vezes mortes”, sobretudo na freguesia de Moura, o que provocava permanentes conflitos que se estendiam desde a década de 1840.¹¹ Essas informações eram confirmadas por Barbosa Rodrigues, para quem, os Jauaperi eram a única tribo que havia permanecido na região do rio, pois as outras que ali habitavam, teriam sido perseguidas e escravizadas, dizimadas ou ainda acabaram por procurar outros lugares onde pudessem viver.¹² Nesse caso, Barbosa Rodrigues acreditava que podia pacificar os indígenas do Jauaperi. No caso, se apresentava para liderar uma nova expedição e assim, “salvar das garras da barbaria centenas de almas que se perdiam no meio das florestas, varridas pelo chumbo que a pólvora impelia, sem que até então ninguém tivesse tentado sua pacificação”.¹³

⁸ PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. *Relatorio com que o presidente da província do Amazonas, Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá entregou a administração da mesma província ao 1º vice-presidente Coronel Guilherme José Moreira em 16 de Fevereiro de 1884*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1884, p. 28.

⁹ XIMENES, Cláudio Lisia Moreira. *Um homem de “sciencias” no vale do Amazonas*. Op. Cit., p. 156.

¹⁰ JORNAL DO AMAZONAS. *Publicações solicitadas*. Manaus, 06/08/1875, ano I, n. 24, p. 3.

¹¹ JORNAL DO AMAZONAS. *Publicações solicitadas*. Manaus, 27/12/1877, ano II, n. 219, p. 1.

¹² RODRIGUES, João Barbosa. *Rio Jauapery*. Op. Cit., p. 32.

¹³ *Idem*, p. 6.

construídas sempre no meio das florestas, o autor procurava demonstrar uma característica arredia desse grupo, o que dificultava o contato com não índios.¹⁴

Barbosa Rodrigues estava também preocupado em descrever os armamentos dos Ipurucotó, procurando entender suas atividades diárias e as condições de enfrentamento em caso de confronto com os colonizadores. No caso, destacava que suas armas consistiam basicamente no arco, a *taquara*, usada para guerra e caça, a *tamarana*, o *tipoquem*, de dente de osso para caças de menor estatura, e a *pichi*, de ponta farpada, usada na pesca. Usavam também na caça a *crauatá*, em que “flechas andavam amarradas em esteiras e mantidas em uma *aljava*, feita de *uarumã*, coberta de cera de abelha e tampa de pele de veado”. Além dessas armas utilizavam para a caça da anta uma lança de taboca, cuja ponta era grande, assim como para a caça do veado e do macaco têm uma flecha cujas pontas se desprendem. Aqui se recupera, por parte de nosso interlocutor, a diversidade de armamento, mas que, em boa parte são utilizadas para caça e não para enfrentamento com outros grupos indígenas, o que os colocaria, na concepção de Barbosa Rodrigues, como um povo de índole pacífica, somente reagindo quando são atacados.¹⁵

A missão pacificadora a que Barbosa Rodrigues devia liderar se justificava pelos relatos do comportamento dos indígenas do rio Jauaperi, quase sempre resistentes a presença de estranhos. A ordem emitida pela presidência da Província do Amazonas e destacada por Barbosa Rodrigues era de estabelecer contato pacífico, para depois seguir às aldeias com o intuito de convencer todos os outros Jauaperi a “descerem [para] formarem um núcleo colonial”, no caso, um aldeamento. Para isso Barbosa Rodrigues contou com a colaboração do indígena Pedro (Figura 2), como intérprete e que aparece em vários momentos do relatório auxiliando nos trabalhos de aproximação e primeiros contatos com os Jauaperi. No caso dos aldeamentos, a perspectiva era que nesse espaço os Jauaperi fossem reunidos, sendo estimulados a plantar “roças para suas subsistências”, e aprender os “ofícios mais necessários” para o aproveitamento do trabalho indígena.¹⁶

De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida, no Brasil do século XIX, essa política de aldeamento foi marcada pela retomada do projeto “assimilacionista” de Pombal pelos políticos do Império brasileiro. Tal projeto trabalhava com a perspectiva de acabar com as “antigas aldeias coloniais e suas terras coletivas” para construir uma ideia de “nacionalismo” segundo preceitos eurocêntricos, não admitindo, portanto, “pluralidades étnicas e culturais”. Para esta autora, esse assunto não era consenso; pois havia sérias

¹⁴ *Idem*, p. 140-141.

¹⁵ *Idem*, p. 140.

¹⁶ *Idem*, p. 6.

divergências entre os políticos e intelectuais.¹⁷ Nas sessões no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro era um dos espaços onde essas clivagens emergiram, embora marcada por propostas distintas, em que Varnhagen, por exemplo, chegou ao ponto de sugerir o extermínio dos povos indígenas. Uma questão central parece ser unânime entre quase todos os sócios e legisladores, é a ideia de que os indígenas deveriam ser “civilizados” para que pudessem se tornar “cidadãos” do Império brasileiro para servirem como “trabalhadores eficientes”.¹⁸

Entre as normas para implementar essa “política indigenista”, destaca-se o Regulamento das Missões de 1845¹⁹, que versava sobre o trato para com as populações indígenas, isto é, determinava as diretrizes para as chamadas “Missões de catechese, e civilização dos Índios”, como propunha Barbosa Rodrigues.²⁰

De acordo com Manuela Carneiro da Cunha, para fins práticos, os índios se subdividem, no século XIX, em “bravos” e “domésticos ou mansos”, terminologia que não deixava dúvidas quanto à ideia subjacente de animalidade e de errância. A “domesticação” dos índios supunha, como em séculos anteriores, sua sedentarização em aldeamentos, sob o “suave jugo das leis”. Essa era uma ideia geral, aplicável tanto aos grupos agricultores e, portanto, sedentários, quanto aos grupos caçadores e coletores, como no caso dos Ipurucotó do Jauaperi.²¹

Considerando os relatos de Barbosa Rodrigues, podemos afirmar que a descrição dos aspectos alimentares das populações indígenas servia para demonstrar o pouco zelo desses grupos quanto à lavoura, o que era sinônimo de vida errante e predomínio da atividade da coleta. Como destacava Barbosa Rodrigues, os Ipurucotó se alimentavam da caça, usando beijus em vez de farinha, que eram extraídos da mandioca, cultivada em pequenas hortas. Além da caça e de algum pescado, observava o consumo de frutos, com que preparavam vinho que não se embriagavam, como as bebidas de meriti, pupunha e pequiá. Os condimentos para seus manjares são o *teneré*, caldo de pimentas cozidas com

¹⁷ ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, 2012, p. 22.

¹⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Edusp, 1992.

¹⁹ BRASIL. Senado Federal. *Decreto n. 426 - de 24 de julho de 1845*. Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos Índios. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>. Acesso em: 26 nov 2021.

²⁰ ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX. *Op. Cit.*, p. 22.

²¹ CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação indigenista no século XIX*. *Op. Cit.*, p. 136.

sal, e o *iebaça*, pimentas secas e pulverizadas, vulgarmente conhecido pelo nome tapuio de *jequitaia*.²²

Os Crichanás, segundo Barbosa Rodrigues, habitavam o baixo Jauaperi, isto é, o perímetro entre as cachoeiras e a foz. Estavam divididos em 10 aldeias edificadas, no caso, a Canacunama, Sapá, Curecuré, Tará, Chiparenaua, Uatucurá, Maniauá, Macucuahú, Carabinani e Curiuahu. Estas aldeias eram habitadas, cada uma, por até 200 indivíduos, não excedendo o total de 2.000 indígenas. Suas aldeias ou malocas, como teve ocasião de observar e examinar cuidadosamente, eram sempre levantadas no centro das florestas virgens e junto a igarapés e córregos que facilmente lhes forneciam a água, não só para o banho, como para dar-lhes o pequeno pescado, conhecido por peixe do mato, que em geral limitava-se à traíra, anujá, jeju, acará e tamoatá, que se apanham em *paneiros* chamados *uaicarabés*.²³

Ainda sobre os Crichaná, o autor destaca que, entre as malocas e o porto existem os *itapuis*, que são pousos de descanso e que lhes servem de dormida ou guarida, quando a noite ou a chuva os surpreende nas excursões. Ali guardam sempre não só os remos, como as panelas, chamadas de *aripó*, os alguidares, chamados de *camecui*, e o aparelho de tirar fogo, o *apoté*. Esses pontos de pousos são levantados no meio da floresta, onde se limpa a pequena vegetação, o que daria a esses grupos, uma característica de povo ambulante.

A errância da população é também destacada por Barbosa Rodrigues, quando observa que as construções dos Crichaná, que aproveitam as próprias árvores para erguer as choupanas. No caso destas obras, constroem os *turquisarés* (casas) redondas e oblíquas. Os primeiros são armados em arcos, sobre os quais assentam a cobertura de folhas de bacaba, desde o chão, deixando duas coberturas diametralmente opostas. Os segundos são planos, formam uma meia água sustentada na parte anterior por forquilhas e cobertos da mesma palha dos primeiros, vindo a cobertura até o chão. Em ambos, de um lado, fazem um girau, como um banco, para aquecer as redes e as comidas. Cada um deles acomoda seis a dez pessoas.²⁴

As aldeias compõem-se de várias casas, assentadas irregularmente, conservando entre si a distância de 10 a 30 metros. Eles deixam em redor a mata que as encobre, o que para Barbosa Rodrigues (1885, p. 150) reforçaria essa índole para isolamento no interior das matas. Em roda de cada casa havia uma pequena horta onde cultivam a mandioca, bananas, chamada de *urupaccá*, carás, batatas, canas, aipim ou macaxeira, ananases, além

²² RODRIGUES, João Barbosa. *Rio Jauapery*. *Op. cit.*, p. 141.

²³ *Idem*, p. 149.

²⁴ *Idem*, p. 150.

da pupunha, meriti e amendoim. Suas roças são mais distantes e centrais, o que daria um maior nível de sedentarismo desses grupos.²⁵

Destacava ainda a distribuição dessa ocupação promovida pelos Crichaná. Em frente à porta principal de cada casa existia um *uparó* ou terreiro, sendo que as casas são circulares, de 10 a 20 metros de diâmetro, apenas com duas portas diametralmente opostas, sendo a da entrada principal sempre colocada ao Norte. As paredes são de folhas de *ubim* bem trançadas e acamadas, formando uma espessura de dois a três decímetros, tendo apenas de altura uns dois metros. A cobertura, da mesma folha, tem a forma cônica, com beira baixa, unindo-se no ápice transversalmente a deixar uma pequena fresta, por onde sai a fumaça, sendo difícil a entrada dos raios solares, razão pela qual o interior é sempre escuro.²⁶

Em algumas casas as paredes são de cascas de árvores sobrepostas horizontalmente, sendo singular a entrada. As portas são colocadas em um plano muito mais interno, havendo entre elas e as paredes uma espécie de átrio, onde podem acomodar-se seis homens. Este átrio é formado por quatro grandes tijolos feitos de tabatinga, dois na linha da parede, dois interiormente, colocados em ângulos retos e separados pelos esteios, ambos com toda altura da parede. Diametralmente opostos e fazendo uma reentrância nas paredes, colocam dois jiraus, sobre os quais armam-se duas ou três prateleiras de varas. Cada casa dá lugar a 20 a 30 indivíduos. Ali encontram-se pilões (*acué*), escavados a fogo, ralos (*chimariri*) de caninos de macacos e dentes de cutias, painéis de várias dimensões, algumas de mais de 50 centímetro de diâmetro, alguidares para vinho de frutas, paneiros longos e cilíndricos para ovo de tartaruga (*uarichá*), cuias que servem pomar tomar *cachiry*, castanhas cortadas em formato de cuias, facas de costelas de tartaruga para raspar frutos e outros objetos que constituem os utensílios doméstico. Suas painéis são descritas como portadoras de desenho elegante, “são de argila bem preparada, apresentando duas formas com várias dimensões”. Os alguidares descritos como “brancos pintados com vários arabescos vermelhos, e vidrados com resina”. Pelos desenhos de sua cerâmica, Barbosa Rodrigues associa que a “inteligência não é acanhada e que eles sabem facilmente combinar as retas, em figuras regulares e simétricas, com o gosto artístico”. Pela louça, pelo bem acabado dos arcos, pelas brechas, pelas casas e pelos tecidos de algodão e de palha, mostraria que esses indígenas viveriam em “um estado de adiantamento moral

²⁵ *Idem*, p. 151.

²⁶ *Idem*, p. 150.

superior a muitas tribos já civilizadas”, o que facilitaria a sua chamada para vida nos aldeamentos.²⁷

Os Crichaná afastam-se em geral dos índios diversos, vivendo isolados. São apontados como “índios das florestas e não ribeirinhos”. Eram apresentados nas descrições de Barbosa Rodrigues, como povos que se alimentavam da caça e frutos, de vinhos de várias palmeiras e de preparados feitos com massas e mandioca. Usavam o *tuirino* ou sal vegetal. Apreciavam muito a pesca, porque mais facilmente pescavam com a flecha, com anzol feito de unha de gavião ou com um aparelho feito de um pau pontiagudo. Além disso, pescavam nos igarapés com os *uaicarabês*, que são paneiros de diferentes fôrmas para o peixe miúdo. Apesar de mateiros, eram descritos como exímios nadadores. Nesse caso, para Barbosa Rodrigues parecia ser falsa a afirmação, quando, referindo-se a esses nativos, “[...] diziam alguns que morriam os indígenas afogados por não saberem nadar. Eu os vi nesse exercício, com pesos ao pescoço e com uma das mãos ocupada pelas armas, nadando e mergulhando perfeitamente e atravessando grandes distâncias”.²⁸

A descrição dos usos e feitura das canoas, ganhavam espaço nas observações de Barbosa Rodrigues, para quem as *curiaras* seriam feitas de um só tronco de caju-açu, escavado, conservando externamente a forma primitiva do tronco, porém chanfradas nas duas extremidades, formando obliquamente popa á proa. Em geral, essas canoas tinham de 10 a 12 metros de comprimento, 03 remos que eram feitos de sapopemas de várias árvores, tendo o cabo mais comprido medindo acima de 1 metro. Cada *curiara* acomodava de 10 a 20 pessoas, “[...] indo na proa, de pé, remando. Quando é preciso voltar, viram-se o da popa e este passa a remar e o da proa a governar”.²⁹

A comida, além da caça e da pesca, Barbosa Rodrigues observa o uso do beiju, uma espécie de mingau de polvilho que chamam *tipiti*, frutos assados e cozidos, castanha e pupunha, massa de piquiá, vinho de bacaba, de pupunha e de açai. Fazem uma espécie de manteiga que unta nos beijus, sendo apreciadas, “apesar do cheiro nauseabundo e repugnante”. “Fabricam-a com castanhas podres socadas com peixe, unindo-se em uma massa da consistência e cor da manteiga fresca. Usam uma espécie de pão de mandioca, enformado em *tipiti* e seco. Comem dissolvido na água, com a massa que dá a caribé”.³⁰

As descrições anteriores que perpassam pelo modo de vida dos Crichaná, principalmente quanto às moradias, pequenos roçados, coletas e alimentação eram

²⁷ *Idem*, p. 151-152.

²⁸ *Idem*, p. 159-160.

²⁹ *Idem*, p. 163.

³⁰ *Idem*, p. 164.

utilizadas para construir uma imagem que permitisse justificar a missão de pacificá-los, que permitiria manter um contato mais amistoso entre os índios e não índios. Na percepção de Barbosa Rodrigues essas hostilidades haviam sido encerradas, tanto que em sua narrativa afirmou que os Crichaná não podiam ser confundidos com o grupo que, emboscados na mata, esperavam a vítima para cometer delitos, nem os que assaltavam vilas e matavam crianças.³¹ Para Cláudio Ximenes, Barbosa Rodrigues acreditava que o indígena possuía uma índole pacífica, por isso, era necessário que esta fosse cultivada, o que era possível através da catequese, de forma a evitar a profanação.³²

O Governo provincial, na época presidido por José Ferreira Júnior, reconheceu o trabalho realizado entre os Crichaná. Em 25 de março de 1885, o presidente salientou que quase 2.000 índios Crichanás, que habitavam a região do rio Jauaperi estavam “pacificados e dispostos a entrar por meios amistosos, para o grêmio da civilização”. No entanto, o trabalho de pacificação então iniciado, precisava ser concluído, ou seja, estes indígenas precisavam ser aldeados.³³

Em 16 de Abril de 1885, em ofício dirigido ao presidente da Província Ferreira Junior, Barbosa Rodrigues apresentava os resultados da viagem que havia feito ao rio Jauaperi, destacando “as medidas que convém tomar a fim de aproveitar a pacificação dos índios Crichanás, civilizado-os para que não só eles como a província usufruem as vantagens do homem civilizado, sem as quaes nada se conseguirá, tendo os selvagens de voltar, com razão, ao estado de ferocidade primitiva”.³⁴

Barbosa Rodrigues destaca que o trato comercial implicava a civilização, e a prova seria a desmoralização que vai pelo vale do Amazonas, por ausência das ordens e controle das autoridades. Isso explicaria a necessidade de maior atuação da administração provincial, quanto ao aproveitamento do trabalho indígena. Nesse caso, para não ocorrer novos embates recomendou ao presidente que no rio Jauaperi, acima de Uirabiana, que fosse criado um aldeamento não permitindo a circulação de “civilizados”, exceto aqueles que estivessem a serviço da catequese, e estes seriam “autoridades” ali e deveriam ser “pessoas de confiança”.³⁵

³¹ *Idem*, p. 135.

³² XIMENES, Cláudio Lisia Moreira. *Um homem de “sciencias” no vale do Amazonas*. Op. Cit., p. 162.

³³ FERREIRA JÚNIOR, José Jansen. *Fala que o exmo. sr. dr. José Jansen Ferreira Júnior, presidente da província do Amazonas, dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião da instalação da 2ª sessão da 17ª Legislatura, em 25 de março de 1885*. Typografia do Amazonas, 1885, p. 18.

³⁴ RODRIGUES, João Barbosa. *Rio Jauapery*. Op. cit., p. 263.

³⁵ *Idem*, p. 269.

Ao que se observa, a proposta de criação de um aldeamento seguia as orientações presentes no Regulamento das Missões. No entanto, se observa a preocupação de Barbosa Rodrigues em proteger os indígenas e manter a perfeita “ordem” no aldeamento. Nesse caso sugere o envio de um destacamento de praças casados, cujas instruções deveriam estar de acordo com os fins da catequese. Defende a construção de um quartel para alojá-los, sendo também preciso ensiná-los os “bons exemplos” e para isso sugeria o assentamento de famílias de agricultores, através da doação de terras, que “os ensinassem as boas práticas da civilização”, ou seja, a prática agrícola. Esta boa prática seria complementada com uma escola e uma capela, em que sugeria homenagear São João Batista, a serem comandadas por um professor e um capelão. Recomendava ainda a fundação de oficinas para o ensinamento de profissões, e por fim, a elaboração de um regimento interno só para o aldeamento com “uma direcção geral, e um só plano de ensino”. Nesse caso, tanto indígenas quanto civilizados que descumprissem as ordens estabelecidas no Regimento Interno sofreriam punições.³⁶

Figura 2: O indígena Pedro, intérprete de Barbosa Rodrigues.

³⁶ *Idem*, p. 271.



Fonte: XIMENES. Cláudio Lisia Moreira. *Um homem de “ciências” no vale do Amazonas*. Op. Cit., p. 224.

Considerações finais

O rio Jauaperi e o seu entorno não apenas aparece na literatura da época como espaço de riquezas florestais, como também da presença um significativo número de grupos indígenas, que embora tenham uma história de violência e confronto com os não indígenas, guardam na escrita de Barbosa Rodrigues uma expectativa de pacificação e promoção da catequese. As reflexões produzidas por agentes públicos que visitaram a região, incorporadas nas reflexões de Barbosa Rodrigues, apontavam o rio Jauperi como estratégico por ser um espaço de presença indígena que podia ser utilizado para o comércio, e nos trabalhos na lavoura e na construção. Os registros produzidos e as reflexões construídas pelas expedições exploratórias, e sistematizadas em relatórios, tornavam-se instrumentos fundamentais de conhecimento das riquezas da flora e da fauna, e das possibilidades de gerar riquezas que poderiam servir para justificar políticas públicas de desenvolvimento econômico, assim como para construção de estratégias que permitiriam maior controle e domínio sobre as populações locais.

A necessidade de maior conhecimento e controle sobre os grupos nativos estão associados também a uma questão observada por Barbosa Rodrigues, que é a capacidade da região se tornar um grande centro de comércio e produção. Quanto à descrição do ambiente de matas e floresta, Barbosa Rodrigues procurou defender propostas de uso e exploração desses espaços, e um melhor aproveitamento do trabalho indígena.

No caso da capacidade da região se tornar um grande centro de comércio e produção, os registros de Barbosa Rodrigues eram utilizados para demonstrar as riquezas naturais e chamar a atenção para a necessidade de explorar estes recursos. Sobre a presença de grupos indígenas, Rodrigues procurava mostrar a possibilidade de uso dessas populações na produção para comércio e maior exploração dos recursos do extrativismo.

Barbosa Rodrigues se mostrou um crítico da forma como as populações indígenas estavam até então sendo tratadas, caracterizando o tratamento pela violência colonizadora. O autor chegou, inclusive, a advertir que famílias inteiras abandonaram suas plantações e propriedades por temer ataques de indígenas na região. O julgamento negativo da forma como lidavam com a população nativa, o motivou a propor a “pacificação”, que deveria ser efetivada pela aproximação desses grupos nativos.

À questão anterior, se somava a uma compreensão inversa de que a liberdade dos indígenas dos sertões amazônicos permitia uma vida ociosa e dependente da natureza. Isso

significava que, ao não se submeterem à regularidade do trabalho, essas populações se tornaram prisioneiras dos rigores, ritmos e vontade do ambiente natural. Uma saída apontada por Barbosa Rodrigues para tornar as populações indígenas mais afeitas ao trabalho regular seria a implantação de aldeamentos.

Barbosa Rodrigues mostrou, portanto, uma preocupação em descrever o Jauaperi de forma que também fosse possível entender a atuação dos não indígenas na região. Suas impressões explicitavam seus posicionamentos políticos, como a defesa de um centro produtor de alimentos, a diversificação das experiências extrativistas, o trabalho como possibilidade de disciplinar os indígenas e o comércio, estimulando o aumento da produção, o ensino e o conhecimento técnico como propulsores de maior qualidade na produção. As propostas de Barbosa Rodrigues, embasadas pela leitura que fazia da região, explicitadas nos seus registros, permitiram a compreensão de aspectos do modo de vida das populações que ocupavam os sertões amazônicos, em particular, os povos da bacia do rio Jauanari.

Recebido em 10 de outubro de 2022
Aceito em 08 de dezembro de 2022